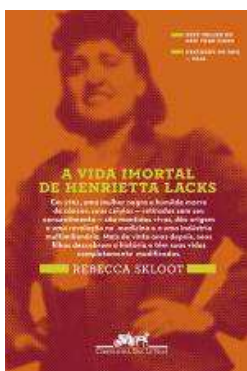


RESENHA

A VIDA IMORTAL DE HENRIETTA LACKS

Skloot, Rebecca

São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 454 páginas



O livro conta a história de Henrietta Lacks, mulher negra e pobre, tataraneta de escravos, nascida em 1920 no sul dos Estados Unidos. Muitos momentos difíceis marcaram sua breve vida. Aos 4 anos ficou órfã de mãe, e seu pai, de temperamento violento e sem condições de manter os 10 filhos, dividiu a prole para ser criada por parentes também de vida humilde. Henrietta foi então abrigada por um avô e passou a morar numa pequena propriedade rural, situada na região de produção de tabaco. Sua infância e adolescência foram preenchidas com despertares na madrugada e longas jornadas de trabalho com outras crianças e adultos da família, nos cuidados da horta e dos animais que garantiam a alimentação de todos, e também na plantação e transporte do fumo. Chegou a freqüentar a escola, mas apenas até a 6ª série. Aos 14 anos, já estava grávida de seu primeiro filho, e depois teve mais quatro. Aos 29 anos, com um bebê recém-nascido, buscou atendimento num hospital filantrópico, queixando-se de sangramentos e fortes dores pélvicas. Recebeu a notícia de que tinha um tumor de colo uterino, em estágio avançado, maligno e altamente agressivo. Henrietta morreu deste câncer aos 31 anos.

Fosse no Brasil e na atualidade, mulheres como Henrietta sequer seriam conhecidas por seus nomes. É mais provável que apenas constassem como

números a mais, nas cruéis estatísticas de mortalidade entre jovens negras, cujo acesso a serviços públicos de saúde permanecem cronicamente precários.

Embora também anônima, a Henrietta protagonista do livro teve outro destino: entrou de forma definitiva para a história e as práticas da Ciência. Ao ter seu câncer diagnosticado no prestigioso Hospital Johns Hopkins, de Henrietta foi retirada uma amostra do seu tumor, muito embora nem ela, nem ninguém de sua família, tivessem dado consentimento para isto. Esta amostra foi encaminhada para o laboratório de patologia do mesmo hospital, liderado por um pesquisador interessado em culturas celulares, que logo ficou surpreendido pelo vigor e rapidez com que as células se reproduziam, cresciam e permaneciam vivas *in vitro*. E foi assim que Henrietta se tornou “imortal”: as células de seu tumor passaram a ser conhecidas como células HeLa, e a única conexão com sua identidade, por muitos anos, foram as iniciais do seu nome nas etiquetas dos frascos de cultura.

As células HeLa foram as primeiras células humanas passíveis de serem mantidas permanentemente em laboratório. O câncer que matou Henrietta acabou dando origem a uma verdadeira revolução na medicina, sustentada por uma indústria biotecnológica multibilionária. As descendentes celulares daquele tecido são hoje mantidas vivas em laboratórios de todo o mundo. Amostras dessas culturas constituem mercadoria comercial valiosa e são largamente utilizadas, por exemplo, nas investigações em genética, biologia molecular e na fabricação de vacinas. Foram as células HeLa que permitiram, entre outras importantes pesquisas, testar a efetividade e segurança da vacina contra a poliomielite, desenvolvida no início da década de 50 por Jonas Salk.

“*A vida eterna de Henrietta Lacks*” é o livro de estréia de Rebecca Skloot, autora de divulgação científica para revistas e jornais nos Estados Unidos, que um dia pensou em cursar Veterinária, mas foi desafiada por um professor a se dedicar à complicada tarefa de comunicar ciência para o público. A primeira edição norte-americana do livro, em 2010, foi acompanhada de grandes elogios da crítica especializada, e permaneceu na lista dos mais vendidos do *New York*

Times por mais de dois anos. No Brasil, a obra foi alvo de cuidadosa tradução e edição pela Editora Companhia das Letras, sendo lançada em 2011.

Para compor um livro que trata da ciência e seus bastidores, a autora empreendeu uma imersão de 10 anos, entre pesquisas bibliográficas, viagens e contatos com os familiares de Henrietta (em especial uma de suas filhas) e entrevistas com pesquisadores. O relato assim construído, quase uma etnografia, exerce atração entre seus leitores tanto pela relevância e ineditismo do tema, como por suas tonalidades autobiográficas. Ao longo de 38 capítulos, a história de Henrietta e de suas células aparece entremeada com a própria trajetória e questionamentos da autora a respeito da forma pela qual a Ciência é construída, e o impacto de suas práticas na vida dos cidadãos. A linguagem utilizada por Rebecca é sempre clara e acessível, uma qualidade bastante valorizada em obras de divulgação científica. No prólogo, ficamos sabendo que seu interesse pela origem e identidade das células HeLa e a motivação para escrever um livro sobre isto, aconteceram numa aula de Biologia do ensino médio, quando seu professor apresentou o acrônimo em meio a muitas outras expressões típicas do “biologês”, como *mitose*, *genoma*, *inibidores enzimáticos* e *ativação de proteínas*. Sobre as células HeLa, a única informação que o professor tinha era de que a doadora havia sido uma mulher negra. A autora revela, então, que passou a se perguntar: “*Só isso? É tudo que se sabe? Essa é uma história que não devia parar por aí.*” Foi esta determinação que a levou a construir um instigante texto, que inclui ainda um conjunto de fotos de Henrietta na sua época e de seus parentes na atualidade, bem como imagens das células HeLa conforme vistas ao microscópio pelos cientistas.

Entre os temas abordados de forma crítica e bem argumentada, está a relação médico-pesquisador-paciente, o entendimento leigo sobre a ciência e seus praticantes, a ética do consentimento informado, os impactos da precária comunicação dos cientistas com a sociedade, as mudanças temporais na noção de propriedade intelectual, e as polêmicas geradas pela concessão de patentes a estruturas biológicas.

Rebecca conta que a família de Henrietta só soube por acaso, mais de 20 anos após sua morte, que as células retiradas do tumor permaneciam vivas nos laboratórios. A notícia, recebida com choque, terror e revolta, levou alguns parentes a pensarem até que a própria Henrietta ainda estivesse viva. Por conta da falta de qualquer esclarecimento por parte dos pesquisadores, a família acabou construindo suas próprias teorias quanto à imortalidade das células HeLa, numa mistura de valores morais e religiosos. Anos mais tarde, ao serem procurados para doarem sangue para a realização de testes genéticos, também não foram informados sobre o avanço das aplicações práticas das células HeLa, nem sobre sua importância para a medicina, e muito menos sobre as partes (laboratórios, pesquisadores, empresas de biotecnologia) que já estavam lucrando, há anos, com o comércio das linhagens celulares.

Lendo o livro, ficamos sabendo que, na época do diagnóstico de Henrietta, cientistas que trabalhavam no Hospital Johns Hopkins, como Howard Jones, Richard Wesley TeLinde e George Gey, estavam à procura de modelos celulares com os quais pudessem pesquisar e entender os mecanismos da carcinogênese, para fins de tratamento e prevenção. O grande problema que eles enfrentavam era a falta de estabilidade das amostras celulares em laboratório, pois, quando cultivadas *in vitro*, de fato se multiplicavam por algumas gerações, mas depois pereciam. Jones foi o primeiro médico a atender Henrietta após ter sido diagnosticada com câncer. TeLinde, médico e autor de um livro-texto referência em cirurgia ginecológica, na época preocupava-se com o excesso de histerectomias que eram feitas, como resultado de falsos diagnósticos de câncer cervical. George Gey chefiava o laboratório de cultura de tecidos, e há três décadas tentava fazer crescer células malignas fora do corpo, em placas e tubos, em busca da causa e da cura do câncer. Mary Kubicek, técnica do laboratório de Gey, recebeu as amostras retiradas de Henrietta e as manipulou sem muita esperança, como mais uma entre tantas. Cortou o tecido em pequenos quadrados, colocou-os em tubos de cultura e escreveu HeLa usando uma caneta preta. A surpresa veio após poucos dias: a olho nu foi

possível enxergar uma nuvem branca no fundo do tubo, indicativo de que as células haviam se multiplicado em “*intensidade mitológica*”. Gey, entusiasmado com o resultado, começou a distribuir células HeLa para vários cientistas interessados, o que possibilitou o uso dessa linhagem em diferentes estudos, como nas pesquisas sobre infecções virais (como o HIV e do sarampo), descrição dos cromossomos humanos e testes de produtos cosméticos e farmacêuticos. Essas células também passaram a ser fundamentais para o estabelecimento e padronização de técnicas seminais de cultura de células, que posteriormente, no final dos anos 90, permitiram os primeiros exercícios de clonagem celular.

A obra apresenta interessantes detalhes sobre a evolução da pesquisa e da medicina, ressaltando aspectos controversos da conduta de cientistas. A autora destaca que, nos anos 50, nos Estados Unidos, não ocorriam discussões sobre as questões éticas da ciência, e também não havia nenhum acompanhamento ou supervisão formal das pesquisas e das atividades dos cientistas. Tentativas de regulamentação eram frequentemente seguidas de protestos de médicos e pesquisadores, sob a alegação de que “*interfeririam no desenvolvimento da ciência*”. No entanto, em 1947, sete médicos nazistas já haviam sido condenados em um tribunal de guerra europeu, por conduzirem, com requintes de crueldade, pesquisas com sujeitos judeus e de outros grupos humanos. Este evento determinou a proposição do Código de Nuremberg, que, apesar de até hoje não ter força de lei, passaria a direcionar e orientar todos os experimentos com seres humanos no mundo. Localiza-se aí o advento da idéia revolucionária de que o consentimento voluntário do ser humano, para participar de experimentos, é absolutamente essencial, e que cada sujeito de pesquisa (paciente ou não) deve sempre ter acesso aos fatos necessários para a tomada de decisões. A questão da autonomia e dos direitos dos sujeitos de pesquisa na área biomédica permanece polêmica na atualidade, em especial quando populações vulneráveis estão envolvidas.

Lado a lado com os benefícios que as pesquisas com células HeLa trouxeram para a própria ciência e suas aplicações na área de saúde, Rebecca descreve a faceta obscura e triste do tratamento dado aos negros na época de Henrietta. No livro, impressiona o relato que destaca o sucesso do laboratório que fornecia as células HeLa, em contraste com os infames experimentos de Tuskegee com negros portadores de sífilis, que aconteceram no mesmo local e na mesma época, assim como a descrição das histerectomias em mulheres negras pobres no estado do Mississippi, como forma de controle de natalidade e para a prática da técnica. Segundo Rebecca, à medida que os negros foram migrando do sul para o norte dos EUA, as histórias de que hospitais sequestravam negros para pesquisa só aumentaram.

Se hoje o relato dessas pesquisas provoca mal-estar e revolta ao leitor, por descrever os pacientes como meros fornecedores de material biológico, é preciso cuidado, recomenda a autora, para não confrontar as práticas dos anos 50 com as leis atuais. *“Na época, era considerado justo usar pacientes como sujeitos de pesquisa, mesmo sem serem informados, como forma de retribuição ao tratamento gratuito que recebiam”*, escreve ela. A legislação avançou e hoje os comitês institucionais de ética em pesquisa são bastante rigorosos em relação ao consentimento informado, embora ainda haja espaço para muitas melhorias, em respeito aos sujeitos envolvidos.

Rebecca não foi a primeira jornalista a abordar a família de Henrietta, mas teve o mérito inédito de se preocupar em informar e explicar detalhadamente todas as dúvidas dos parentes sobre a linhagem HeLa. Isto lhe exigiu frequentemente, mais dar ouvidos atentos às perguntas, do que fornecer respostas técnicas prontas. Quando decidida a falar, também lhe exigiu buscar estratégias que tornassem o imenso e complexo volume de informações a respeito das células HeLa o mais acessível e significativo possível, para aquelas pessoas. Este esforço, cuidadosamente documentado no livro, constitui um claro e feliz exemplo de como a comunicação da ciência para leigos não pode ser encarada como uma mera tarefa de simplificação de linguagem e

informações, e sim um verdadeiro exercício sobre o entendimento público da ciência.

Recomendo o livro especialmente para leitores com bagagem na área das ciências biológicas e da saúde, incluindo professores de Biologia. A leitura desta saga, que é um relato cuidadoso e bem escrito sobre Ciência, ética e sociedade, permitirá conhecer e refletir sobre aspectos que até agora ainda eram obscuros e desconhecidos do público em geral (e certamente não abordados nos cursos de formação inicial), a respeito das células que mantiveram o nome de Henrietta Lacks nas páginas da história da Ciência, e que revolucionaram muitas práticas de pesquisa.

Para esses e todos os demais leitores, a obra de Rebecca Skloot incita a reflexão sobre alguns princípios fundamentais que direcionam a integridade da pesquisa científica, como um alerta para a observação criteriosa do papel ético do pesquisador e a proteção dos participantes de pesquisas científicas, poupando-os de qualquer dano indevido e, conseqüentemente, mantendo a responsabilidade do pesquisador no desenvolvimento dos estudos.

A autora, que em breve lançará seu segundo livro de divulgação científica, sobre as relações entre animais e seres humanos, mantém um site profissional onde disponibiliza, entre outros materiais, as gravações e os documentários que dão voz às pessoas da família Lacks. Também criou uma fundação para auxiliar, com parte dos proventos resultantes da venda dos livros, indivíduos em situação de vulnerabilidade, por terem participado de pesquisas sem o devido conhecimento ou consentimento.

Vivian Leyser
PPGECT/UFSC